



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS

EDITAL Nº 17, DE 16 DE JUNHO DE 2023

Divulga o gabarito preliminar e os modelos de prova objetiva do 2º Processo Seletivo de Estágio de 2023 da PR/AM.

O Ministério Público Federal no Amazonas – MPF/AM, por meio da Comissão de Processo Seletivo de Estágio designada pela [PORTARIA Nº 7, de 19 de janeiro de 2023](#), com fundamento na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 16 de junho de 2008, e alterações posteriores, no regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União aprovado pela Portaria PGR/MPU Nº 378, de 9 de agosto de 2010 e alterações posteriores, bem como na Portaria PGR/MPF nº 192, de 30 de março de 2022, e tendo em vista o disposto no art. 16, § 2º, da Portaria PGR/MPU nº 652, de 30 de outubro de 2012, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar público o modelo, com gabarito preliminar, da prova objetiva referente ao 2º Processo Seletivo para Estagiários de Graduação e Pós-graduação em Direito de 2023, da Procuradoria da República no Amazonas, que teve aplicação na data de 15/06/2023.

Art. 2º Consignar o prazo de 16/06/2023 a 17/06/2023, até às 23h59min, para interposição de recursos em face do gabarito preliminar, os quais deverão ser redigidos no formulário conforme [anexo VI](#) do edital de abertura disponível no site <http://www.mpf.mp.br/am/estagie-conosco>, e encaminhados para o email: pram-processoseletivo@mpf.mp.br.

JHONATAN JORDAN PIMENTEL DE OLIVEIRA
COORDENADOR DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

[PORTARIA Nº 7, de 19 de janeiro de 2023](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Gabarito Preliminar Direito Graduação

Questão	Gabarito
1	B
2	C
3	E
4	C
5	A
6	E
7	C
8	A
9	E
10	D
11	B
12	E
13	D
14	E
15	A
16	D
17	C
18	E
19	A
20	D
21	C
22	A
23	C
24	B
25	C
26	A
27	D
28	B
29	E



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Gabarito Preliminar Direito Pós-graduação

Questão	Gabarito
1	B
2	C
3	E
4	C
5	A
6	E
7	C
8	D
9	A
10	E
11	D
12	B
13	E
14	D
15	E
16	B
17	A
18	D
19	C
20	E
21	E
22	A
23	C
24	A
25	B
26	D
27	C
28	B
29	C
30	A
31	D

32	B
33	E
34	C
35	D

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [2895-26](#) / [Geral](#) / [2º Processo Seletivo de Estagiários de 2023 - Prova Objetiva - DIREITO](#)

[/ Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **1**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. São tipos de ato de improbidade administrativa: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública.
- b. A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.
- c. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público.
- d. A existência de uma Lei de Improbidade Administrativa não impede que outras condutas de improbidade sejam previstas em outras leis.
- e. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.



Questão **2**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. É possível que em determinadas hipóteses ato praticado contra o patrimônio de entidade privada possa ser enquadrado como improbidade administrativa.
- b. O fato de uma função ser exercida de modo transitório não impede que uma pessoa seja considerada agente público para fins da Lei de Improbidade Administrativa.
- c. Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.
- d. A Lei de Improbidade Administrativa por vezes poderá ser aplicada inclusive a pessoas que não são agentes públicos, como nos casos em que tal pessoa induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- e. A prescrição para aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 anos.

Questão 3

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta:

- a. Caso o Tribunal de Contas aprove as contas de determinado órgão administrativo, estará afastada, por presunção absoluta, a possibilidade de caracterização de ato de improbidade administrativa.
- b. Se não for comprovado efetivo dano ao patrimônio público, ou seja, efetivo prejuízo quantificável, não poderá ser caracterizado ato de improbidade administrativa.
- c. Apenas o rol de legitimados na Lei de Improbidade Administrativa podem oferecer representação narrando possível ato de improbidade.
- d. O prazo de prescrição de 8 anos, contado da data do conhecimento do fato pelo Estado, não se interrompe em nenhuma hipótese.
- e. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Questão 4

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o Poder Judiciário, assinale o item correto.

- a. O Poder Judiciário não pode condenar universidade pública a adequar seus prédios às normas de acessibilidade a fim de permitir a sua utilização por pessoas com deficiência em razão do princípio da separação de Poderes.
- b. O CNJ é órgão de controle de atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Desse modo, sendo órgão de controle externo, não integra o Poder Judiciário.
- c. A comprovação do triênio de atividade jurídica exigida para o ingresso no cargo de juiz substituto, nos termos do art. 93, I, da CF, deve ocorrer no momento da inscrição definitiva no concurso público.
- d. O juiz de primeiro grau adquire a garantia da vitaliciedade na data da sua posse no cargo.
- e. A inamovibilidade dos juízes é uma garantia absoluta que busca tutelar a liberdade na atuação judicante.



Questão 5

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca do controle de constitucionalidade, marque o item verdadeiro.

- a. Como regra geral, as decisões do Supremo Tribunal Federal que reconhecem a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal em julgamento de ADI tem natureza declaratória, de eficácia retroativa, podendo o STF, contudo, modular os efeitos da decisão por maioria de dois terços de seus membros.
- b. O Poder Judiciário não pode fazer o controle prévio ou preventivo de constitucionalidade a ser realizado sobre PEC ou projeto de lei em trâmite no Poder Legislativo, ainda que haja patente desrespeito ao processo legislativo.
- c. Não cabe modulação de efeitos de decisão proferida em sede de controle difuso de constitucionalidade.
- d. A inconstitucionalidade material da norma ocorre quando a lei ou ato normativo infraconstitucional contiver vício em seu processo de formação ou em razão de sua elaboração por autoridade incompetente.
- e. Como regra geral, as decisões do Supremo Tribunal Federal que reconhecem a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal em julgamento de ADI tem natureza declaratória, de eficácia retroativa, podendo o STF, contudo, modular os efeitos da decisão por maioria absoluta de seus membros.

Questão 6

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Assinale a alternativa falsa: não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir...



- a. a forma federativa de Estado.
- b. o voto direto, secreto, universal e periódico.
- c. a separação dos Poderes.
- d. os direitos e garantias individuais.
- e. a forma republicana de governo.

Questão 7

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca das normas constitucionais e do preâmbulo da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a. O preâmbulo da Constituição Federal é norma de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais.
- b. O preâmbulo da CF/88 tem força normativa, razão pela qual pode servir de parâmetro para o controle de constitucionalidade.
- c. O preâmbulo da Constituição Federal não se situa no âmbito do Direito, mas no domínio da política, refletindo posição ideológica do constituinte. Não possui o preâmbulo, desse modo, relevância jurídica.
- d. A invocação de Deus no preâmbulo da CF/88 torna o Brasil um Estado confessional, afastando a laicidade estatal.
- e. Os dispositivos do ADCT não são formalmente normas constitucionais. Desse modo, sua inobservância não enseja a declaração de inconstitucionalidade de quaisquer normas infraconstitucionais com eles incompatíveis.

Questão 8

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

São princípios da administração pública elencados no art. 37, caput, da Constituição da República, exceto:

- a. Discricionariedade.
- b. Legalidade.
- c. Impessoalidade.
- d. Moralidade.
- e. Publicidade.



Questão 9

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre Direito Administrativo, marque a alternativa correta:

- a. As regras de direito administrativo trazem apenas limitações para a atividade da administração pública.
- b. O interesse público é disponível.
- c. Não é possível se falar em regime jurídico-administrativo próprio para a administração pública, tendo em vista que a Constituição da República veda expressamente qualquer diferença entre os setores público e privado.
- d. Os princípios de direito administrativo são sempre implícitos.
- e. As regras de direito administrativo podem tanto trazer restrições de atuação do gestor público, como também prerrogativas para a administração pública na consecução do interesse público.

Questão 10

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre Direito Administrativo, marque a alternativa errada:

- a. A administração pública compreende não apenas a administração pública direta, mas também a administração pública indireta;
- b. São exemplos de princípios que regem a administração pública a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- c. Para a doutrina majoritária os princípios podem ser explícitos ou implícitos.
- d. Os princípios implícitos têm menos força normativa que os princípios explícitos.
- e. É possível que, em determinadas situações, cargos, empregos e funções públicas sejam acessíveis a estrangeiros.

Questão 11

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre Direito Administrativo, marque a alternativa errada:

- a. A participação dos cidadãos na administração pública pode se dar de forma direta e indireta.
- b. São entidades da administração pública direta as autarquias, empresas públicas, organizações sociais de interesse público e concessionárias de serviço público.
- c. Uma autarquia pode ser definida como uma pessoa jurídica de direito público, integrante da administração indireta, criada por lei específica para desempenhar funções típicas do Estado.
- d. Em regra, todo cidadão tem direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral.
- e. No decorrer do estágio probatório, o servidor público pode ser exonerado do serviço público caso não atinja parâmetros mínimos de qualidade e/ou eficiência, sem que isso constitua necessariamente uma infração disciplinar.



Questão 12

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a APLICAÇÃO DA PENA, julgue as assertivas abaixo:

- a. O art. 59 do Código Penal apresenta oito vetoriais para análise do juiz, que as sopesará ao aplicar a pena, atento para a necessidade e suficiência para reprovação e prevenção do crime objeto do julgamento no caso concreto;
- b. Não ofende o princípio da individualização da pena evitar que a incidência da circunstância atenuante determine a redução da pena abaixo do mínimo legal
- c. É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base;
- d. O sistema jurídico admite a aplicação de atenuante sem previsão expressa em lei formal;
- e. Todas as alternativas estão corretas.

Questão **13**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

A respeito dos CRIMES TRIBUTÁRIOS e PREVIDENCIÁRIOS, é INCORRETO afirmar:

- a. O art. 1º, IV, da Lei n. 8137/90, incrimina a supressão ou redução de tributos, mediante condutas como a elaboração e distribuição de documento que saiba ou deva saber falso ou inexato; caso sejam os documentos específicos de operação tributável, a hipótese é a prevista no inciso III da mesma norma;
- b. A apropriação indébita previdenciária (Art. 168-A do CP) está tipificada com o dolo genérico, sem o especial fim de apropriação do objeto material do delito;
- c. A sentença trabalhista transitada em julgado, condenatória ou homologatória de acordo, após sua liquidação, constitui definitivamente o crédito tributário;
- d. A Súmula Vinculante 24 do STF ("Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo") não encontra mitigação na sua aplicação pelo STF e STJ;
- e. São crimes previdenciários os previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal e a persecução penal relativa é de atribuição do Ministério Público Federal.

Questão **14**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

A respeito do CONCURSO DE CRIMES, julgue as alternativas abaixo:



- a. Segundo o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o crime continuado é uma ficção jurídica que exige requisitos de ordem objetiva (pluralidade de condutas, diversidade de crimes da mesma espécie e condições semelhantes de tempo, lugar, maneira de execução e outras da mesma natureza) e também o requisito de caráter subjetivo, qual seja, unidade de desígnios do agente ou vínculo subjetivo entre as condutas;
- b. O concurso formal admite soma de penas se a conduta for dolosa e os desígnios da ação ou omissão forem autônomos;
- c. Reconhecido o concurso material na sentença, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais permanece cabível a substituição pelas penas alternativas de que trata o art. 44 deste Código ;
- d. Há três alternativas corretas;
- e. Há uma alternativa errada.

Questão **15**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial pode ser iniciado mediante requisição do Ministério Público, cabendo o juízo final a respeito da instauração do procedimento à autoridade policial.
- b. O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- c. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- d. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência no inquérito policial, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade presidente do procedimento.
- e. O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

Questão **16**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre competência no processo penal, assinale a alternativa **incorreta**.



- a. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b. Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- c. Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
- d. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- e. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

Questão 17

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre conexão e continência no processo penal, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. A competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- b. A competência será determinada pela conexão se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- c. A competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas por infrações distintas no tempo e espaço.
- d. No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.
- e. No concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.

Questão 18

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a usucapião especial urbana (art. 1.240 do CC c/c art. 9º do Estatuto da Cidade e art. 183 da Constituição), não é um requisito:



- a. Utilização para moradia
- b. Área de até 250 metros quadrados
- c. Não ser proprietária de outro imóvel
- d. Posse de pelo menos 5 anos
- e. Tornar a área produtiva

Questão **19**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre bens de família e impenhorabilidade, são impenhoráveis segundo a legislação de regência e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a. O bem de família, ainda que oferecido em caução em locação comercial.
- b. Até 40 salários-mínimos depositados em poupança, mas não para as demais aplicações financeiras.
- c. O salário, ainda que seja para o pagamento de pensão alimentícia.
- d. O salário, ainda que exceda 50 salários-mínimos.
- e. Os semoventes.

Questão **20**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre os direitos da personalidade, conforme o Código Civil e a jurisprudência correlata:

- a. O Código Civil veda a disposição do próprio corpo ou de partes, significando que a doação de órgãos somente pode ocorrer em caso de falecimento do doador.
- b. O Código Civil permite que, após a morte, o interessado aliene onerosamente o próprio corpo para pesquisas científicas.
- c. A publicação de biografias não autorizadas viola o direito à preservação da imagem- atributo, que são as qualidades de boa fama da pessoa; o Poder Judiciário tem o dever de determinar o recolhimento desse tipo de obra por violar a vida privada.
- d. Apesar da previsão expressa (art. 18 do CC) referir-se somente ao nome do indivíduo, também a imagem-retrato, que diz respeito à reprodução fotográfica ou videográfica de um indivíduo, depende de autorização para o uso em propaganda comercial.
- e. A lei protege contra o uso indevido do nome e do sobrenome, sem mencionar a proteção ao pseudônimo.



Questão **21**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a sucumbência no Processo Civil, é correto afirmar:

- a. A condenação em montante inferior ao postulado a título de danos morais implica em sucumbência recíproca.
- b. Os honorários advocatícios de sucumbência, quando vencedora a Fazenda Pública, integram o patrimônio dos advogados e procuradores do ente estatal, constituindo direito autônomo em relação ao ente estatal.
- c. Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, se não foi impugnada.
- d. No caso de perda de objeto os honorários não serão devidos honorários.
- e. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e cumprir integralmente a prestação reconhecida, estará dispensado de pagar honorários.

Questão **22**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o regime de nulidades e a participação do Ministério Público nos processos iniciados por terceiros, assinale a opção correta:

- a. Havendo pessoa com enfermidade psiquiátrica e, diante dos legitimados para a interdição em situação de conflito de interesses, a ausência de intimação do Ministério Público para acompanhar o processo acarretará nulidade.
- b. A intimação do Ministério Público no segundo grau, quando se tratar de ação que deveria ter participado desde o começo, suprirá a nulidade.
- c. O Ministério Público não pode promover a interdição de pessoa em caso de doença mental grave, cabendo aos familiares a providência, ainda que estejam em situação de conflito de interesses.
- d. O prazo para o Ministério Público intervir no processo quando intimado como fiscal da ordem jurídica será de 15 dias.
- e. O Ministério Público terá interesse em intervir no conflito coletivo pela posse de terra rural, mas não a urbana.



Questão **23**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre vício do produto e fato do produto, julgue as alternativas abaixo em verdadeira (V) e falsa (F) e selecione a opção que reflita a ordem correta.

- I – Fato do produto é a inadequação do produto para os fins a que se destina.
- II – O prazo para reclamar do vício de produto é de 30 dias para produtos não duráveis.
- III – O prazo para reclamar do vício de produto é considerado prescricional.
- IV – O prazo para reparar o fato do produto é de 5 anos.
- V – O comerciante responde solidariamente pelo fato do produto.

- a. F, F, F, V, V.
- b. V, F, V, V, F.
- c. F, V, F, V, F.
- d. F, F, F, F, F.
- e. F, V, V, V, F.

Questão **24**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a classificação dos direitos coletivos em sentido amplo e a legitimidade para a defesa coletiva em juízo, selecione a opção incorreta.



- a. As associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa do consumidor podem propor ações para a defesa coletiva do consumidor.
- b. O PROCON-AM somente pode realizar a defesa coletiva em juízo porque foi constituída como autarquia estadual, possuindo personalidade jurídica. Caso fosse ente sem personalidade jurídica, poderia apenas emitir multas, mas não propor ações judiciais desta natureza.
- c. Os diretores de associações podem ser condenados solidariamente em caso de litigância de má-fé.
- d. O Código de Defesa do Consumidor invoca a aplicação conjunta da Lei de Ação Civil Pública (Lei n. 7.447/1985), constituindo parte do que é conhecido como microssistema da tutela coletiva.
- e. São interesses ou direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Questão **25**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Ação de Investigação Judicial Eleitoral, é INCORRETO afirmar:

- a. Pode ser manejada contra transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, e do uso indevido dos meios de comunicação social;
- b. O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral;
- c. Para a configuração do ato abusivo, será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição ou a gravidade das circunstâncias que o caracterizam;
- d. A sanção prevista em lei complementar abrange candidatos e não candidatos
- e. O bem jurídico tutelado é a proteção da normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta, indireta e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Questão **26**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

A respeito da Ação de Captação Ilícita de Recursos, é CORRETO afirmar:



- a. É cabível quando a captação ou gastos ilícitos de recursos ocorre durante o período eleitoral, ou antes dele, desde que para fins eleitorais;
- b. Pode ser ajuizada até a data da diplomação;
- c. Sempre é de competência do Corregedor Regional Eleitoral;
- d. Há três alternativas corretas;
- e. Há uma alternativa errada.

Questão 27

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o tratamento dado pela Constituição Federal ao meio ambiente, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- b. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.
- c. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- d. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores pessoas físicas a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, ao passo em que os infratores pessoas jurídicas estarão sujeitos apenas a sanções administrativas, igualmente sem prejuízo da reparação dos danos causados.
- e. Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Questão 28

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre disposições da Lei n. 9.605/1998, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- b. A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- c. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d. A sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.
- e. Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá efetuar-se pelo valor fixado na sentença penal condenatória, sem prejuízo da liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido.

Questão 29

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre as disposições gerais e direitos fundamentais das pessoas com deficiência, é CORRETO afirmar:

- a. Define-se pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, com extensão de específicos direitos para pessoas com mobilidade reduzida;
- b. É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida e à saúde, dentre outros decorrentes da lei específica, da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.
- c. O direito à saúde das pessoas com deficiência compreende ações e serviços de saúde pública que assegurem a oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde;
- d. O direito à educação das pessoas com deficiência impõe ao poder público o dever de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida e aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- e. Todas estão corretas.

Questão 30

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre a disciplina constitucional dos povos indígenas, é INCORRETO afirmar:

- a. O conceito de "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios" inclui a proteção de seu modo de vida, inclusive a preservação ambiental e o usufruto dos recursos naturais,;
- b. Uma comunidade indígena possui legitimidade para defender em juízo seus direitos e interesses, mesmo sem a anuência do Ministério Público Federal ou de organizações representativas;
- c. Os garimpeiros e suas cooperativas terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, inclusive em terras indígenas, bastando que assegurem a estes povos a participação nos resultados da lavra;
- d. Os direitos dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente "reconhecidos", e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se torna de natureza declaratória, e não propriamente constitutiva;
- e. A despeito de regulada a posse para indígenas e suas comunidades, as terras indígenas são patrimônio público federal.

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [2895-663](#) / [Geral](#)

/ [2º Processo Seletivo de Estagiários de 2023 - Prova Objetiva - DIREITO PÓS-GRADUAÇÃO](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão 1

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. São tipos de ato de improbidade administrativa: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública.
- b. A Lei de Improbidade Administrativa não diferencia a gravidade dos tipos de ato de improbidade administrativa indicados na assertiva acima.
- c. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público.
- d. A existência de uma Lei de Improbidade Administrativa não impede que outras condutas de improbidade sejam previstas em outras leis.
- e. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.



Questão 2

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa incorreta:

- a. É possível que em determinadas hipóteses ato praticado contra o patrimônio de entidade privada possa ser enquadrado como improbidade administrativa.
- b. O fato de uma função ser exercida de modo transitório não impede que uma pessoa seja considerada agente público para fins da Lei de Improbidade Administrativa.
- c. Só pelo fato de uma função ser exercida de modo gratuito não implica em não caracterizar seu ocupante como agente público, uma vez que a Constituição da República veda o trabalho não remunerado.
- d. A Lei de Improbidade Administrativa por vezes poderá ser aplicada inclusive a pessoas que não são agentes públicos, como nos casos em que tal pessoa induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- e. A prescrição para aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 anos.

Questão 3

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta:

- a. Caso o Tribunal de Contas aprove as contas de determinado órgão administrativo, estará afastada, por presunção absoluta, a possibilidade de caracterização de ato de improbidade administrativa.
- b. Se não for comprovado efetivo dano ao patrimônio público, ou seja, efetivo prejuízo quantificável, não poderá ser caracterizado ato de improbidade administrativa.
- c. Apenas o rol de legitimados na Lei de Improbidade Administrativa podem oferecer representação narrando possível ato de improbidade.
- d. O prazo de prescrição de 8 anos, contado da data do conhecimento do fato pelo Estado, não se interrompe em nenhuma hipótese.
- e. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Questão 4

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o Poder Judiciário, assinale o item correto.

- a. O Poder Judiciário não pode condenar universidade pública a adequar seus prédios às normas de acessibilidade a fim de permitir a sua utilização por pessoas com deficiência em razão do princípio da separação de Poderes.
- b. O CNJ é órgão de controle de atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Desse modo, sendo órgão de controle externo, não integra o Poder Judiciário.
- c. A comprovação do triênio de atividade jurídica exigida para o ingresso no cargo de juiz substituto, nos termos do art. 93, I, da CF, deve ocorrer no momento da inscrição definitiva no concurso público.
- d. O juiz de primeiro grau adquire a garantia da vitaliciedade na data da sua posse no cargo.
- e. A inamovibilidade dos juízes é uma garantia absoluta que busca tutelar a liberdade na atuação judicante.



Questão 5

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca do controle de constitucionalidade, marque o item verdadeiro.

- a. Como regra geral, as decisões do Supremo Tribunal Federal que reconhecem a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal em julgamento de ADI tem natureza declaratória, de eficácia retroativa, podendo o STF, contudo, modular os efeitos da decisão por maioria de dois terços de seus membros.
- b. O Poder Judiciário não pode fazer o controle prévio ou preventivo de constitucionalidade a ser realizado sobre PEC ou projeto de lei em trâmite no Poder Legislativo, ainda que haja patente desrespeito ao processo legislativo.
- c. Não cabe modulação de efeitos de decisão proferida em sede de controle difuso de constitucionalidade.
- d. A inconstitucionalidade material da norma ocorre quando a lei ou ato normativo infraconstitucional contiver vício em seu processo de formação ou em razão de sua elaboração por autoridade incompetente.
- e. Como regra geral, as decisões do Supremo Tribunal Federal que reconhecem a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal em julgamento de ADI tem natureza declaratória, de eficácia retroativa, podendo o STF, contudo, modular os efeitos da decisão por maioria absoluta de seus membros.

Questão 6

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Assinale a alternativa falsa: não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir...



- a. a forma federativa de Estado.
- b. o voto direto, secreto, universal e periódico.
- c. a separação dos Poderes.
- d. os direitos e garantias individuais.
- e. a forma republicana de governo.

Questão 7

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca das normas constitucionais e do preâmbulo da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a. O preâmbulo da Constituição Federal é norma de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais.
- b. O preâmbulo da CF/88 tem força normativa, razão pela qual pode servir de parâmetro para o controle de constitucionalidade.
- c. O preâmbulo da Constituição Federal não se situa no âmbito do Direito, mas no domínio da política, refletindo posição ideológica do constituinte. Não possui o preâmbulo, desse modo, relevância jurídica.
- d. A invocação de Deus no preâmbulo da CF/88 torna o Brasil um Estado confessional, afastando a laicidade estatal.
- e. Os dispositivos do ADCT não são formalmente normas constitucionais. Desse modo, sua inobservância não enseja a declaração de inconstitucionalidade de quaisquer normas infraconstitucionais com eles incompatíveis.

Questão 8

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Assinale a alternativa correta.

- a. O Presidente e o Vice-Presidente da República, não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a 10 dias, sob pena de perda do cargo. Trata-se de uma norma de observância obrigatória pelos estados-membros.
- b. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente nos DOIS PRIMEIROS anos do mandato, far-se-á nova eleição indireta, 30 dias depois de aberta a última vaga;
- c. O presidente da República não pode extinguir, por decreto, cargos públicos vagos que tenham sido criados por lei.
- d. A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.
- e. O Presidente da República dispõe de inviolabilidade material, prerrogativa que foi assegurada também aos membros do Legislativo. Assim, ele é inviolável por suas palavras e opiniões, no estrito exercício de suas funções.

Questão 9

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

São princípios da administração pública elencados no art. 37, caput, da Constituição da República, exceto:

- a. Discricionariedade.
- b. Legalidade.
- c. Impessoalidade.
- d. Moralidade.
- e. Publicidade.

Questão 10

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre Direito Administrativo, marque a alternativa correta:

- a. As regras de direito administrativo trazem apenas limitações para a atividade da administração pública.
- b. O interesse público é disponível.
- c. Não é possível se falar em regime jurídico-administrativo próprio para a administração pública, tendo em vista que a Constituição da República veda expressamente qualquer diferença entre os setores público e privado.
- d. Os princípios de direito administrativo são sempre implícitos.
- e. As regras de direito administrativo podem tanto trazer restrições de atuação do gestor público, como também prerrogativas para a administração pública na consecução do interesse público.

Questão 11

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre Direito Administrativo, marque a alternativa errada:

- a. A administração pública compreende não apenas a administração pública direta, mas também a administração pública indireta;
- b. São exemplos de princípios que regem a administração pública a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- c. Para a doutrina majoritária os princípios podem ser explícitos ou implícitos.
- d. Os princípios implícitos têm menos força normativa que os princípios explícitos.
- e. É possível que, em determinadas situações, cargos, empregos e funções públicas sejam acessíveis a estrangeiros.

Questão 12

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre Direito Administrativo, marque a alternativa errada:

- a. A participação dos cidadãos na administração pública pode se dar de forma direta e indireta.
- b. São entidades da administração pública direta as autarquias, empresas públicas, organizações sociais de interesse público e concessionárias de serviço público.
- c. Uma autarquia pode ser definida como uma pessoa jurídica de direito público, integrante da administração indireta, criada por lei específica para desempenhar funções típicas do Estado.
- d. Em regra, todo cidadão tem direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral.
- e. No decorrer do estágio probatório, o servidor público pode ser exonerado do serviço público caso não atinja parâmetros mínimos de qualidade e/ou eficiência, sem que isso constitua necessariamente uma infração disciplinar.

Questão **13**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a APLICAÇÃO DA PENA, julgue as assertivas abaixo:

- a. O art. 59 do Código Penal apresenta oito vetoriais para análise do juiz, que as sopesará ao aplicar a pena, atento para a necessidade e suficiência para reprovação e prevenção do crime objeto do julgamento no caso concreto;
- b. Não ofende o princípio da individualização da pena evitar que a incidência da circunstância atenuante determine a redução da pena abaixo do mínimo legal
- c. É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base;
- d. O sistema jurídico admite a aplicação de atenuante sem previsão expressa em lei formal;
- e. Todas as alternativas estão corretas.

Questão **14**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

A respeito dos CRIMES TRIBUTÁRIOS e PREVIDENCIÁRIOS, é INCORRETO afirmar:

- a. O art. 1º, IV, da Lei n. 8137/90, incrimina a supressão ou redução de tributos, mediante condutas como a elaboração e distribuição de documento que saiba ou deva saber falso ou inexato; caso sejam os documentos específicos de operação tributável, a hipótese é a prevista no inciso III da mesma norma;
- b. A apropriação indébita previdenciária (Art. 168-A do CP) está tipificada com o dolo genérico, sem o especial fim de apropriação do objeto material do delito;
- c. A sentença trabalhista transitada em julgado, condenatória ou homologatória de acordo, após sua liquidação, constitui definitivamente o crédito tributário;
- d. A Súmula Vinculante 24 do STF ("Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo") não encontra mitigação na sua aplicação pelo STF e STJ;
- e. São crimes previdenciários os previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal e a persecução penal relativa é de atribuição do Ministério Público Federal.



Questão **15**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

A respeito do CONCURSO DE CRIMES, julgue as alternativas abaixo:

- a. Segundo o Código Penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o crime continuado é uma ficção jurídica que exige requisitos de ordem objetiva (pluralidade de condutas, diversidade de crimes da mesma espécie e condições semelhantes de tempo, lugar, maneira de execução e outras da mesma natureza) e também o requisito de caráter subjetivo, qual seja, unidade de desígnios do agente ou vínculo subjetivo entre as condutas;
- b. O concurso formal admite soma de penas se a conduta for dolosa e os desígnios da ação ou omissão forem autônomos;
- c. Reconhecido o concurso material na sentença, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais permanece cabível a substituição pelas penas alternativas de que trata o art. 44 deste Código ;
- d. Há três alternativas corretas;
- e. Há uma alternativa errada.

Questão **16**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca dos DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, previstos no Título XI do Código Penal, é CORRETO afirmar:



- a. O crime de corrupção ativa somente se consuma se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional;
- b. Equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública;
- c. No tráfico de influência, a vantagem ou promessa de vantagem decorre de ato concreto, praticado por funcionário público no exercício da função;
- d. Há lacuna penal no tipo de violação de sigilo funcional, para as condutas de permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública ;
- e. As organizações internacionais, por não terem ligação originária com o Estado Brasileiro, não estão abrangidas pelo conceito legal de "funcionário público estrangeiro".

Questão 17

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial pode ser iniciado mediante requisição do Ministério Público, cabendo o juízo final a respeito da instauração do procedimento à autoridade policial.
- b. O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- c. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- d. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência no inquérito policial, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade presidente do procedimento.
- e. O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

Questão 18

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre competência no processo penal, assinale a alternativa **incorreta**.



- a. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b. Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- c. Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.
- d. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- e. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.

Questão **19**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre conexão e continência no processo penal, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. A competência será determinada pela conexão se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- b. A competência será determinada pela conexão se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- c. A competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas por infrações distintas no tempo e espaço.
- d. No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.
- e. No concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.

Questão **20**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre conflito de jurisdição, assinale a alternativa **incorreta**.



- a. Haverá conflito de jurisdição quando duas ou mais autoridades judiciárias se considerarem competentes, ou incompetentes, para conhecer do mesmo fato criminoso.
- b. A situação em que duas autoridades judiciárias julgam-se competentes para conhecer do mesmo fato criminoso é denominada conflito positivo de atribuições.
- c. A situação em que duas autoridades judiciárias julgam-se incompetentes para conhecer do mesmo fato criminoso é denominada conflito negativo de atribuições.
- d. O conflito de atribuições pode ser suscitado por qualquer dos juízes ou tribunais em causa.
- e. O conflito de atribuições não pode ser suscitado pela parte interessada ou pelo Ministério Público.

Questão **21**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a usucapião especial urbana (art. 1.240 do CC c/c art. 9º do Estatuto da Cidade e art. 183 da Constituição), não é um requisito:

- a. Utilização para moradia
- b. Área de até 250 metros quadrados
- c. Não ser proprietária de outro imóvel
- d. Posse de pelo menos 5 anos
- e. Tornar a área produtiva

Questão **22**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre bens de família e impenhorabilidade, são impenhoráveis segundo a legislação de regência e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a. O bem de família, ainda que oferecido em caução em locação comercial.
- b. Até 40 salários-mínimos depositados em poupança, mas não para as demais aplicações financeiras.
- c. O salário, ainda que seja para o pagamento de pensão alimentícia.
- d. O salário, ainda que exceda 50 salários-mínimos.
- e. Os semoventes.

Questão **23**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a sucumbência no Processo Civil, é correto afirmar:

- a. A condenação em montante inferior ao postulado a título de danos morais implica em sucumbência recíproca.
- b. Os honorários advocatícios de sucumbência, quando vencedora a Fazenda Pública, integram o patrimônio dos advogados e procuradores do ente estatal, constituindo direito autônomo em relação ao ente estatal.
- c. Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, se não foi impugnada.
- d. No caso de perda de objeto os honorários não serão devidos honorários.
- e. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e cumprir integralmente a prestação reconhecida, estará dispensado de pagar honorários.

Questão **24**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o regime de nulidades e a participação do Ministério Público nos processos iniciados por terceiros, assinale a opção correta:

- a. Havendo pessoa com enfermidade psiquiátrica e, diante dos legitimados para a interdição em situação de conflito de interesses, a ausência de intimação do Ministério Público para acompanhar o processo acarretará nulidade.
- b. A intimação do Ministério Público no segundo grau, quando se tratar de ação que deveria ter participado desde o começo, suprirá a nulidade.
- c. O Ministério Público não pode promover a interdição de pessoa em caso de doença mental grave, cabendo aos familiares a providência, ainda que estejam em situação de conflito de interesses.
- d. O prazo para o Ministério Público intervir no processo quando intimado como fiscal da ordem jurídica será de 15 dias.
- e. O Ministério Público terá interesse em intervir no conflito coletivo pela posse de terra rural, mas não a urbana.

Questão **25**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a ação civil pública e a legislação de regência, assinale a opção correta.

- a. O Ministério Público Federal poderá propor ação civil pública para pretensões que envolvam o FGTS.
- b. A ação civil pública poderá ter como objeto a dignidade de grupos raciais.
- c. A ação civil pública poderá ter como objeto pretensões que envolvam tributos.
- d. A ação civil pública poderá ter como objeto pretensões que envolvam contribuições sociais.
- e. A competência do local do dano para a ação civil pública é relativa.

Questão **26**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a ação popular e a legislação de regência, assinale a opção correta.

- a. O Ministério Público poderá propor a ação popular.
- b. A ação popular poderá ser proposta por qualquer indivíduo, inclusive não nacionais.
- c. O Ministério Público poderá assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- d. O Ministério Público poderá prosseguir com ação em caso de desistência pelo autor popular.
- e. O instituto da requisição é de exclusividade do Ministério Público, não cabendo ao autor popular emiti-las.

Questão **27**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre vício do produto e fato do produto, julgue as alternativas abaixo em verdadeira (V) e falsa (F) e selecione a opção que reflita a ordem correta.

- I – Fato do produto é a inadequação do produto para os fins a que se destina.
- II – O prazo para reclamar do vício de produto é de 30 dias para produtos não duráveis.
- III – O prazo para reclamar do vício de produto é considerado prescricional.
- IV – O prazo para reparar o fato do produto é de 5 anos.
- V – O comerciante responde solidariamente pelo fato do produto.

- a. F, F, F, V, V.
- b. V, F, V, V, F.
- c. F, V, F, V, F.
- d. F, F, F, F, F.
- e. F, V, V, V, F.

Questão **28**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a classificação dos direitos coletivos em sentido amplo e a legitimidade para a defesa coletiva em juízo, selecione a opção incorreta.



- a. As associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa do consumidor podem propor ações para a defesa coletiva do consumidor.
- b. O PROCON-AM somente pode realizar a defesa coletiva em juízo porque foi constituída como autarquia estadual, possuindo personalidade jurídica. Caso fosse ente sem personalidade jurídica, poderia apenas emitir multas, mas não propor ações judiciais desta natureza.
- c. Os diretores de associações podem ser condenados solidariamente em caso de litigância de má-fé.
- d. O Código de Defesa do Consumidor invoca a aplicação conjunta da Lei de Ação Civil Pública (Lei n. 7.447/1985), constituindo parte do que é conhecido como microssistema da tutela coletiva.
- e. São interesses ou direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

Questão **29**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre a Ação de Investigação Judicial Eleitoral, é INCORRETO afirmar:

- a. Pode ser manejada contra transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, e do uso indevido dos meios de comunicação social;
- b. O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral;
- c. Para a configuração do ato abusivo, será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição ou a gravidade das circunstâncias que o caracterizam;
- d. A sanção prevista em lei complementar abrange candidatos e não candidatos
- e. O bem jurídico tutelado é a proteção da normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta, indireta e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Questão **30**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

A respeito da Ação de Captação Ilícita de Recursos, é CORRETO afirmar:



- a. É cabível quando a captação ou gastos ilícitos de recursos ocorre durante o período eleitoral, ou antes dele, desde que para fins eleitorais;
- b. Pode ser ajuizada até a data da diplomação;
- c. Sempre é de competência do Corregedor Regional Eleitoral;
- d. Há três alternativas corretas;
- e. Há uma alternativa errada.

Questão 31

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre o tratamento dado pela Constituição Federal ao meio ambiente, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- b. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.
- c. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- d. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores pessoas físicas a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, ao passo em que os infratores pessoas jurídicas estarão sujeitos apenas a sanções administrativas, igualmente sem prejuízo da reparação dos danos causados.
- e. Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Questão 32

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre disposições da Lei n. 9.605/1998, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- b. A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- c. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d. A sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.
- e. Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá efetuar-se pelo valor fixado na sentença penal condenatória, sem prejuízo da liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido.

Questão **33**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre as disposições gerais e direitos fundamentais das pessoas com deficiência, é CORRETO afirmar:

- a. Define-se pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, com extensão de específicos direitos para pessoas com mobilidade reduzida;
- b. É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida e à saúde, dentre outros decorrentes da lei específica, da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.
- c. O direito à saúde das pessoas com deficiência compreende ações e serviços de saúde pública que assegurem a oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde;
- d. O direito à educação das pessoas com deficiência impõe ao poder público o dever de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida e aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- e. Todas estão corretas.

Questão **34**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).



Sobre a disciplina constitucional dos povos indígenas, é INCORRETO afirmar:

- a. O conceito de "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios" inclui a proteção de seu modo de vida, inclusive a preservação ambiental e o usufruto dos recursos naturais,;
- b. Uma comunidade indígena possui legitimidade para defender em juízo seus direitos e interesses, mesmo sem a anuência do Ministério Público Federal ou de organizações representativas;
- c. Os garimpeiros e suas cooperativas terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, inclusive em terras indígenas, bastando que assegurem a estes povos a participação nos resultados da lavra;
- d. Os direitos dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam foram constitucionalmente "reconhecidos", e não simplesmente outorgados, com o que o ato de demarcação se torna de natureza declaratória, e não propriamente constitutiva;
- e. A despeito de regulada a posse para indígenas e suas comunidades, as terras indígenas são patrimônio público federal.

Questão **35**

Ainda não respondida

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre os direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA:

- a. As ações afirmativas do Poder Público, relacionadas ao direito à educação, são cumprimento do princípio constitucional da isonomia;
- b. É possível ao Poder Judiciário, para garantia do direito social à segurança pública, determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo;
- c. O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, logo é responsabilidade solidária dos entes federados;
- d. Há três alternativas corretas;
- e. Há uma alternativa errada.

